



218
6

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 195072-5/02

EMBARGANTE: FUNAPE

EMBARGADOS: IRACEMA CAVALCANTI DE SANTANA E OUTROS

RELATOR: Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DE MÉRITO. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 535 DO CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

- R
5500
- O Acórdão ora vergastado não se encontra eivado de nenhum dos vícios ensejadores da interposição de Embargos de Declaração.
 - Na verdade, o que a Embargante pretende é a rediscussão da matéria meritória já decidida no teor da decisão embargada, o que é vedado em sede de Embargos de Declaração.
 - Ainda que tenha o escopo de prequestionamento, caso a decisão não se encontre eivada de omissão, obscuridade ou contradição, não inerecem ser os embargos acolhidos, sob pena de ofensa ao art. 535 do CPC.
 - Embargos Declaratórios rejeitados. À unanimidade.
- Des.*

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 195072-5/02, em que é embargante a FUNAPE – Fundação de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco e embargados IRACEMA CAVALCANTI DE SANTANA E OUTROS, acordam os Exmos. Srs. Desembargadores componentes da



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **REJEITAR** os presentes embargos de declaração, na forma do relatório, votos e das notas taquigráficas anexas, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26/01/2010


DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator/Presidente -



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 195072-5/02

EMBARGANTE: FUNAPE

EMBARGADOS: IRACEMA CAVALCANTI DE SANTANA E OUTROS

RELATOR: Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

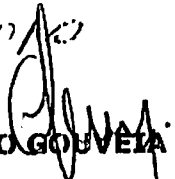
RELATÓRIO

A FUNAPE ingressou com os presentes Embargos Declaratórios contra Acórdão proferido nos autos do Recurso de Agravo nº 195072-5/01, pela Sétima Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, que negou provimento ao mesmo, mantendo a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo das pensões das ora Embargadas.

Argumenta o Embargante, em suma, que há omissão no julgado, posto que não apreciou o disposto no §8º do artigo 40 da CF na redação anterior à EC 41/03. Por isso, requer que seja dado provimento aos Embargos, sanando a omissão apontada, com vistas ao prequestionamento da matéria constitucional a fim de viabilizar a interposição de recurso excepcional.

É o relatório.

Recife, 26/01/2010


JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Desembargador Relator -



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 195072-5/02

EMBARGANTE: FUNAPE

EMBARGADOS: IRACEMA CAVALCANTI DE SANTANA E OUTROS

RELATOR: Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Os presentes Declaratórios foram intentados com o escopo de que seja sanada suposta omissão de que se encontraria eivado o *Decisum*.

No entanto, o que a Embargante pretende é a rediscussão da matéria objeto do recurso, o que é vedado em sede de Aclaratórios, cujo objeto restringe-se àquele estabelecido nos incisos I e II do art. 535 do Estatuto dos Ritos.

Corroborando tal entendimento, bastante elucidativo o *Decisum* abaixo colacionado:

"Ementa: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISSCUSSÃO DE QUESTÕES DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO.

Des. J. B. G. de Melo
1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas traduzem inconformismo com o teor da decisão embargada, pretendendo rediscutir matérias já decididas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade (art. 535 do CPC).

2. Omissis

3. Embargos de declaração rejeitados."



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

(Embargos de Declaração: 113140-6/01; Relator: Santiago Reis.
Órgão Julgador: Segunda Câmara Cível. Publicação: Nº DJ: 105
Data da Publicação: 07/06/2005).

Ante as razões acima esposadas, **VOTO** pela rejeição dos presentes Aclaratórios, para manter incólume o Acórdão prolatado no Recurso de Agravo nº 195072-5/01.

É o meu voto Srs. Desembargadores.

Recife, 26/01/2008


JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
Desembargador Relator